

**RENNAN THAMAY
MAURICIO TAMER**

PROVAS NO DIREITO DIGITAL

**CONCEITO DA PROVA DIGITAL,
PROCEDIMENTOS E PROVAS
DIGITAIS EM ESPÉCIE**

**THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfoury

Estagárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thamay, Rennan

Provas no direito digital: conceito da prova digital, procedimentos e provas digitais em espécie / Rennan Thamay e Mauricio Tamer. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-007-0

1. Direito constitucional 2. Direito processual 3. Internet - Leis e legislação
4. Prova (Direito) 5. Prova digital 6. Tecnologia e direito I. Tamer, Mauricio. II. Título.

20-33577

CDU-34:004

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito digital 34:004

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO.....	11
1. TEORIA GERAL DA PROVA E A PROVA DIGITAL	17
1.1 Direito constitucional à prova: a inafastabilidade da jurisdição, o contraditório e sua formatação enquanto direito fundamental.....	17
1.2 Conceito de prova e de meios probatórios: dos fatos à formação da convicção	28
1.3 Conceito de prova digital	32
1.3.1 Utilização dos meios digitais para violação dos preceitos de direito material: exemplos de situações práticas em que a prova digital se revela juridicamente útil	33
1.4 Pressupostos de validade e de utilidade da prova digital: autenticidade, integridade e preservação da cadeia de custódia	39
1.5 Princípios processuais que orientam a atividade probatória	48
1.5.1 Princípio da vedação da prova ilícita e a identificação de exemplos práticos associados à realidade digital	52
1.5.2 Princípio da liberdade probatória	67
1.5.3 Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado	69
1.6 Objeto da atividade probatória	73
1.7 Ônus da prova	75
1.8 A autonomia da prova e a produção antecipada de provas	82
1.9 Prova emprestada	87
1.10 A revisão das decisões judiciais relacionadas à atividade probatória.....	94
1.11 <i>Compliance</i> , investigação privada e um programa de integridade funcional: a interdependência com a atividade probatória	102
1.11.1 O que parece ser o <i>compliance</i>	102
1.11.2 Um programa de <i>compliance</i> funcional e sua interdependência com a atividade probatória	107

2. PROVAS EM ESPÉCIE	111
2.1 Prova documental	112
2.1.1 Momento da juntada do documento probatório	116
2.1.2 O documento eletrônico, a assinatura eletrônica e o documento digitalizado	118
2.1.3 O documento assinado eletronicamente como título executivo civil e a posição da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça	126
2.2 Ata notarial	133
2.3 Fornecimento de informações pelos provedores de internet	138
2.3.1 Disposições gerais	138
2.3.2 O dever de guarda e fornecimento dos dados de porta lógica origem	147
2.3.3 Procedimentalização da obtenção das informações	148
2.3.3.1 Ação de obrigação de fazer e não fazer em face dos provedores de internet	149
2.3.3.2 Ação de produção antecipada de provas	151
2.3.3.3 Expedição de ofícios	154
2.3.3.4 Medida cautelar inominada criminal, queixa-crime e pedido de instauração de inquérito policial ou procedimento investigatório	156
2.4 Prova pericial	157
2.4.1 Disposições gerais	157
2.4.2 Procedimentalização da prova pericial	164
2.4.2.1 Ação de produção antecipada de provas com pedido liminar de busca e apreensão de equipamentos eletrônicos	164
2.4.2.2 Pedido incidental em ação de mérito	166
2.4.2.3 Medida cautelar inominada criminal, ação penal e pedido de instauração de inquérito policial ou procedimento investigatório	167
2.4.2.4 Procedimentos privados de investigação	168
2.5 Depoimento pessoal e prova testemunhal	168
2.6 Interrogatório	170
2.7 <i>Blockchain</i>	171
2.7.1 A tecnologia	171
2.7.2 Utilidade probatória: a autenticidade e a integridade da prova documental	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185